

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

SALOMÃO JOSÉ SANTOS DA SILVA

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO (PEI): ferramenta de inclusão escolar para crianças com
transtorno do espectro autista (TEA)**

**Aracaju – SE
2021**

SALOMÃO JOSÉ SANTOS DA SILVA

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO (PEI): ferramenta de inclusão escolar para crianças com
transtorno do espectro autista (TEA)**

**Artigo científico apresentado à
Faculdade Amadeus, como requisito
final para obtenção do Grau de
Licenciatura em Pedagogia.**

**Orientador (a): Professora
Especialista Lucymar de Souza Leite
Santos.**

Aracaju – SE
2021
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO (PEI): ferramenta de inclusão escolar para crianças
com transtorno do espectro autista (TEA)

Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Coordenador do Curso

Orientadora

Avaliador

Avaliador

Avaliação Final: _____

Aprovada em: Aracaju ____ / ____ / ____

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): ferramenta de inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro autista (TEA)

* Salomão José Santos da Silva¹

RESUMO

O presente estudo apresenta uma alternativa de ferramenta pedagógica frente as dificuldades dos educadores em trabalhar, na perspectiva da Educação Inclusiva, com crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ensino regular. Trata-se de uma abordagem bibliográfica de autores contemporâneos, em torno de um valioso suporte pedagógico, no trato das especificidades desses alunos, que é o Plano Educacional Individualizado (PEI). Dentro do contexto literário específico, um direcionamento para a construção do PEI, com vistas a inclusão escolar de alunos com TEA objetiva mostrar como o pedagogo pode identificar sinais de um aluno com TEA, potencialidades, conhecimentos prévios e suas dificuldades, pontos a serem trabalhados e, por fim o desenvolvimento de atividades que possam incluí-los pedagogicamente. Buscou-se a pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento deste artigo e a metodologia aplicada refere-se a uma revisão literária respaldada em publicações atualizadas, a exemplo de Glat (2011), Pletsc (2011), Mascaro (2011), Sampaio (2014), Nascimento (2011), Cunha (2015), Silveira (2015) entre outros, possibilitando ampliar os conhecimentos acerca da temática. As conclusões apontam para o Plano de Ensino Individualizado – PEI, como uma ferramenta para subsidiar o desempenho da atividade pedagógica, mostra-se também útil para alunos com TEA. Construído em conjunto com os professores regulares e de educação especial, facilita a atuação dos professores do ensino comum e sem formação específica, considerando a possibilidade de um planejamento com melhor estratégia de ensino com vista a ganhos reais no aprendizado e na escolarização o que requer mudança urgente na cultura escolar e o repensar de sua prática.

Palavras-chave: do Espectro Autista (TEA). Plano Educacional Individualizado. Pedagogia. Transtorno.

ABSTRACT

This study presents an alternative pedagogical tool facing the difficulties of educators in working, from the perspective of Inclusive Education, with children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in regular education. It is a bibliographical approach of contemporary authors, around a valuable pedagogical support, in dealing with the specificities of these students, which is the Individualized Educational Plan (PEI). Within the specific literary context, a direction for the construction of the IEP, with a view to the school inclusion of students with ASD, aims to show how the pedagogue can identify signs of a student with ASD, potential, prior knowledge and its difficulties, points to be worked on and , finally, the development of activities that can include them pedagogically. A literature search was sought for the development of this article and the applied methodology refers to a literary review supported by updated publications, such as Glat (2011), Pletsc (2011), Mascaro (2011), Sampaio (2014), Nascimento (2011), Cunha (2015), Silveira (2015) among others, making it possible to expand knowledge on the subject. The conclusions point to the Individualized Teaching Plan - PEI, as a tool to support the performance of the pedagogical activity, it is also useful for students with ASD. Built together with regular and special education teachers,

* Graduando em Pedagogia pela Faculdade Amadeus. E-mail: salomaosilv@gmail.com

it facilitates the performance of ordinary and untrained teachers, considering the possibility of planning with a better teaching strategy with a view to real gains in learning and schooling, which requires change urgent need in school culture and the rethinking of its practice.

Keywords: Autistic Spectrum (ASD). Individualized Educational Plan. Pedagogy. Disorder.

1 - INTRODUÇÃO

Diversos estudos sobre o Autismo têm sido produzidos, em todo o mundo, desde a década de 1940, nas mais diversas áreas do conhecimento. Na atualidade, coexistem muitas hipóteses sobre as causas dessa condição, hoje denominada de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O autismo é diagnosticado por critérios médicos clínicos e compreendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, relacionado a etiologias variadas, de acordo com a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado em 2013, nos Estados Unidos. Caracteriza-se por sua complexidade como uma síndrome marcada por prejuízos interacionais de comunicação social e comportamentais.

No Brasil, a existência de educandos com TEA frequentando o ensino regular tem aumentado de forma expressiva nas últimas décadas. O número de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) que estão matriculados em classes comuns no Brasil aumentou, conforme o Censo Nacional Escolar/2017(Inep/MEC), onde só naquele ano, cresceu na faixa de 37,27%, o número desses alunos estudando na mesma sala com pessoas sem deficiência. Observamos que atualmente existe uma grande dificuldade dos educadores com dificuldades em trabalhar com alunos que possuam necessidades educacionais específicas, como o TEA. Surgindo a necessidade de o professor estar preparado para atuar de forma inclusiva de acordo com a individualidade do aluno e entender como cada uma delas aprende, pois todos aprendem.

O nosso país vem tentando implantar a Educação Inclusiva, também nas últimas décadas, a exemplo do que acontece no mundo, pois de acordo com a *Declaração de Salamanca*:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas

características e necessidades. As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades. (UNESCO,1994, pag. 02)

Uma grande ferramenta utilizada para trabalhar com essas especificidades dos alunos é o Plano Educacional Individualizado (PEI), que trabalha individualmente as necessidades específicas educacionais especiais de cada educando, utilizando-se de: recursos didáticos, materiais, metodologias e currículos adaptados, bem como tempos diferenciados, durante todo ou parte do seu percurso escolar.

Diante desse contexto surge a problemática para os educadores, que é necessidade de saber como construir um Plano Educacional Especializado, com vistas a inclusão escolar de alunos com TEA. Além disso, o educador precisa estar preparado para identificar no aluno traços que levam a crer que este possui TEA e quais as potencialidades, habilidades e até mesmo conteúdos prévios que o aluno domine, como também suas dificuldades, pontos de melhorias e conteúdo que ainda não domina. Em seguida elaborar, em parceria com a equipe pedagógica, o Plano Educacional Individualizado, capaz de desenvolver atividades que possam incluir esse aluno pedagogicamente.

Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com os autores da última década, tais como: Glat (2011), Pletsc (2011), Mascaro (2011), Sampaio (2014), Nascimento (2011), Cunha (2015), Silva (2012), Silveira (2015) entre outros. Segundo FONSECA (2012) a pesquisa bibliográfica é feita:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Achamos esse tema de suma importância, pois faz parte do meu contexto, uma vez que possuo um filho, com 10 anos, dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), vivenciando pessoalmente as dificuldades de aceitação das escolas para matrícula, e quando matriculado, as deficiências dos educadores e das escolas em

incluir pedagogicamente esse indivíduo, por falta de conhecimento e capacitação profissional.

Ademais, esse estudo também justifica-se pois vem preencher uma lacuna e defasagem existentes na grade curricular nacional dos pedagogos, que durante sua graduação, não tem a possibilidade de vivenciar e aprender esse tipo de conhecimento científico antes de ingressar no mercado de trabalho, pois quando se deparam com esse público não sabem como proceder, visto que esse tipo de conhecimento, só será visto, quando possível, a partir das pós-graduações.

E por fim, vale ressaltar a importância desse trabalho, no cunho social, pois estou cursando o 8º Período do Curso de Pedagogia e tenho conhecimento do anseio e até a aflição de colegas que já atuam com crianças com TEA e outras necessidades especiais, devido a carência de conhecimento específico. Como se não bastasse, a falta de apoio e suporte pedagógicos das escolas, não por má vontade, mas por desconhecimento e falta de investimento na capacitação profissional de seus professores e auxiliares de sala, corroborando para a inexistência de aprendizado e inclusão desses alunos na escola regular. O que, com a aplicação desse estudo, poderá dar um norte para os pedagogos começarem a trabalhar com essas crianças com TEA, saindo desse estado de inércia educacional específica.

2 - O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E O PLANO INDIVIDUAL ESPECIALIZADO (PEI) COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PEDAGÓGICA

Esta pesquisa apresenta a discussão em torno da necessidade dos educadores, dentro do contexto da comunidade escolar, em conhecer e saber elaborar o Plano de Ensino Individualizado (PEI), como ferramenta para inclusão escolar de alunos dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com vistas a compreender melhor suas peculiaridades e necessidades educacionais especiais, bem como desempenhar a atividade educacional com segurança.

Para isso é imprescindível conhecer e se cercar de informações sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista – TEA, condição *sine qua non* para o processo de inclusão escolar desses, a luz da legislação, vista não como assistencialismo ou favor, mas como direito da pessoa com deficiência, em particular a criança com TEA.

A referência do termo autismo surgiu pela primeira vez com o psiquiatra de

origem Suíça Eugen Bleuler em 1911. Ele usou esse termo em descrições de manifestações “egocêntricas” por parte de pacientes adultos diagnosticados com esquizofrenia. “O termo ‘autismo’ nunca havia sido cogitado, até que em 1943, quando Leo Kanner (psiquiatra austríaco radicado nos EUA), publicou um artigo descrevendo 11 crianças com autismo, definindo como distúrbio autístico do contato afetivo.”

De acordo com BASKIN (2006):

Em 1944, Hans Asperger, pediatra austríaco, fez a publicação de um artigo – em alemão – onde descrevia uma criança com quadro semelhante à descrição de Kanner (1943), com diferença quanto a menor gravidade e menos comprometimento funcional. (BASKIN, JOSEPH, SPERBER, MICHAEL, BRUCE, 2006, p.7).

Segundo Becker (2009) em 1994 o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM IV) (APA, 1994) estabelece critérios para o diagnóstico de autismo (Quadro 1) assim como na décima edição da Classificação Internacional das Doenças (CID-10). Utilizando-se da ferramenta diagnóstica considerada padrão-ouro para o autismo a *Autism Diagnostic Interview – Revised* (ADI-R), uma entrevista padrão, semiestruturada, composta de 93 itens (dividida em seis sessões) voltada para os pais ou cuidadores de crianças sob suspeita de terem TEA. É amplamente aceita na literatura internacional e foi validada no Brasil em 2009.

Seguem os critérios para diagnóstico do autismo de acordo com o DSM-IV:

Quadro 1. Critério diagnóstico para distúrbio autista (DSM-IV), 1994.

A. Pelo menos seis dos 12 critérios abaixo, sendo dois de (1) e pelo menos um de (2) e um de (3):

1) Déficits qualitativos na interação social manifestados por:

a. dificuldades marcadas no uso de comunicação não-verbal;

b. falhas do desenvolvimento de relações interpessoais apropriadas no nível de desenvolvimento;

c. falha em procurar, espontaneamente, compartilhar interesses ou atividades prazerosas com outros;

d. falta de reciprocidade social ou emocional;

2) Déficits qualitativos de comunicação manifestados por:

a. falta ou atraso do desenvolvimento da linguagem, não compensada por outros

<p>meios (apontar, usar mímica);</p> <p>b. déficit marcado na habilidade de iniciar ou manter conversação em indivíduos com linguagem adequada;</p> <p>c. uso estereotipado, repetitivo ou idiossincrático de linguagem;</p> <p>d. inabilidade de participar de brincadeiras de faz-de-conta ou imaginativas de forma variada e espontânea para o seu nível de desenvolvimento;</p> <p>3) Padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e estereotipados:</p> <p>a. preocupação excessiva, em termos de intensidade ou de foco, com interesses restritos e estereotipados b. aderência inflexível a rotinas ou rituais;</p> <p>c. maneirismos motores repetitivos e estereotipados;</p> <p>d. preocupação persistente com partes de objetos;</p>
<p>B. Atrasos ou função anormal em pelo menos uma das áreas acima presente antes dos 3 anos de idade.</p>
<p>C. Esse distúrbio não pode ser melhor explicado por um diagnóstico de síndrome de Rett ou transtorno desintegrativo da infância.</p>

Fonte: DSM IV (1994).

Em maio de 2013 foi lançada a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V) – assinalando a modificação do termo Transtorno Global do Desenvolvimento para Transtorno de Espectro Autista e englobando todas as síndromes relacionadas sobre o termo autismo. O DSM-V foi lançado na Reunião Anual da *American Psychiatric Association* (APA, 2013). Essas alterações propostas no DSM-V começam pela eliminação das categorias Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra Especificação, sendo adotada uma denominação, Transtornos do Espectro Autista (TEA).

Com essas mudanças acreditou-se que um único transtorno englobador (TEA) poderia facilitar o diagnóstico de autismo sem limitar a sensibilidade dos critérios, ou alterar substancialmente o número de crianças diagnosticadas. Essa modificação mostra a dificuldade de se chegar ao diagnóstico a partir dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, sendo a visão destes alterada para a forma de espectro único, em uma melhor apresentação clínica.

O indivíduo com TEA, conforme o DSM-5, caracteriza-se por apresentar um desenvolvimento comprometido na inserção social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações TEA variam bastante dependendo do nível de desenvolvimento e da idade. Mas é preciso que os profissionais de educação desmistifiquem o TEA como doença, embora o diagnóstico seja feito por médico, esse muitas vezes precisa do assessoramento de profissionais de outras áreas, como psicólogos e psicopedagogos, para tomar conhecimento apropriado das particularidades de cada indivíduo.

Outra novidade do DSM V é uma escala de severidade dividida em 3 níveis: “1- *Requiring support (requer suporte ou auxílio)*; 2- *Requiring substantial support (requer um substancial suporte ou auxílio)*; 3- *Requiring very substantial support (requer muito um substancial suporte ou auxílio)*” (DSM-V, 2013, pag. 736), cabendo aqui discussões e pesquisas futuras sobre os tipos de suporte para comunicação, avaliados por dois critérios: interesses restritos e comportamentos repetitivos, e comunicação social, sendo o nível 3 o de maior comprometimento. Diferentemente do que se pensa que o grau de severidade estava atrelado a sintomas, o que se vê é quanto mais necessidade se tem de apoio para desenvolver suas atividades, maior será a severidade do TEA.

Todas essas mudanças refletem sobremaneira no tratamento de novos dados e nas pesquisas, principalmente no campo educacional, pois este compõe um ambiente indicativo promissor para o aprendizado dessa população.

E como desempenhar essa inclusão dentro da atividade pedagógica? Para isso é imprescindível que o professor invista na qualificação em busca de conhecimento. Necessário ainda conhecer o aluno através do cotidiano escolar para tornar possível a elaboração de estratégias pedagógicas e identificar as possibilidades de aprendiz, quanto maior o nível de entendimento do professor, melhor será a intervenção junto aos educandos com deficiência. Para GLAT; PLETSC (2011):

Vale destacar que esses fatores, assim como as turmas numerosas, a falta de capacitação e o pouco tempo do professor regente de realizar trabalhos individualizados interferem no processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência. (GLAT; PLETSC, 2011, p. 140)

Infelizmente ainda existe por parte de alguns educadores algumas concepções equivocadas sobre a síndrome do autismo prejudicando o processo de inclusão

escolar do indivíduo com TEA, quadro que perpetua a exclusão. Segundo GLAT & REDIG (2012):

O processo de escolarização de sujeitos que tenham limitações físicas, sensoriais, diferenças no desenvolvimento e comunicação, exigem uma ressignificação das práticas pedagógicas, da compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, da organização curricular, bem como da cultura escolar. Nesse sentido, as práticas pedagógicas direcionadas para alunos com NEE e em consonância com as políticas educacionais inclusivas, podem contar com uma ferramenta de ensino e inclusão, por meio da elaboração e aplicação do PEI, utilizado “[...] como uma estratégia de organização da proposta curricular para esse alunado” (GLAT, VIANNA & REDIG, 2012, p.80)

Partindo desse entendimento, urge a necessidade de elucidar para os pedagogos a construção de um Plano Educacional Individualizado (PEI), como ferramenta de inclusão escolar para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para os autores o aluno com TEA, conforme o que preconiza a legislação deve ter um atendimento pedagógico especializado e qualificado, com a definição de um Plano Educacional Individualizado – PEI, detalhado com todas as necessidades desse aluno, com metas estabelecidas, prazos e planejamento estratégico adequado. Conforme a legislação BRASIL (2011):

[...] alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizada continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno (BRASIL, 2011, p.12).

Para isso o educador precisa do conhecimento teórico que lhe permita a identificação de características de um aluno com traços de TEA, possuindo sensibilidade necessária para perceber suas potencialidades, habilidades, dificuldades, pontos de melhorias e até mesmo conteúdos prévios ou defasagens inerentes desse aluno. Definir a autoria e conteúdo necessário constante do um Plano Educacional Individualizado. E por fim propor atividades de inclusão pedagógica desenvolvidas para o trato desses alunos com TEA.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, regulamentado pela Presidência da República, define a oferta obrigatória do Atendimento Educacional

Especializado - AEE, que, de acordo com o § 2.º do art. 2.º, deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. Devendo para isso existir um Atendimento Educacional Especializado – AEE, funcionando Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento de atividades planejadas, com o objetivo de auxiliar o processo de ensino aprendizagem a partir de materiais didáticos pedagógicos diferenciados dos da sala de aula comum e estrategicamente diferentes (BRASIL, 2010, p. 5).

Indivíduo com TEA, conforme o DSM-5, caracteriza-se por apresentar um desenvolvimento comprometido ou alteração da inserção social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica. O atraso pode ocorrer em pelo menos uma das seguintes áreas: interação social, linguagem comunicativa, jogos simbólicos ou imaginários. A temática inclusão escolar é algo muito relevante, que vem sendo debatido por inúmeros educadores e profissionais que entenderem a influência desse assunto e a modernização desse sistema para o modelo educacional brasileiro. As escolas, dentro desse modelo de educação atual, são divididas em: escolas de ensino regular e as escolas de ensino especial, contudo com a plena interação entre o professor da sala regular e o da sala de recursos.

O art. 59 da Lei 9394/96, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Torna-se urgente que acadêmicos de Pedagogia, de Psicologia, das demais licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades especiais, recebam em sua formação esse preparo. É necessário que todos fiquem “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 37).

2.1 - A intervenção pedagógica com a aplicação do PEI

De posse desses conhecimentos o professor deverá elaborar o Plano Educacional Individualizado, que funcionará como um mapa pedagógico trazendo, preponderantemente, o nível de desempenho atual do educando e também pré-estabelecidos os objetivos educacionais de curto e de longo prazo, em consonância com o currículo do ensino regular.

Tal planejamento torna possível alcançar os objetivos escolares em virtude da utilização de formas alternativas e individualizadas de ensino, como também de avaliação, pareadas com às especificidades cognitivas, sensoriais, sócio comunicativas e comportamentais do aluno. O PEI na verdade é um instrumento de oferta de serviços educacionais específicos e ainda capaz de mensurar o desempenho escolar do aluno.

Para CRUZ, MASCARO & NASCIMENTO (2011), o PEI se constitui basicamente de três etapas, sendo elas:

1. A identificação, que é a avaliação preliminar para a identificação do aluno com necessidades específicas, considerando as possíveis adaptações curriculares e mudanças ambientais;
2. A avaliação, em si, denominada de avaliação compreensiva, que busca determinar quais as necessidades educacionais, considerando o que o aluno já sabe. Tais constatações apontam para a elaboração de um Plano Educativo Individualizado (PEI);
3. A intervenção, que é a aplicação do Plano Educativo Individualizado com a reavaliação do aluno (CRUZ, MASCARO & NASCIMENTO, 2011, p.4).

Assim que o professor tiver contato com o aluno e de acordo com o dia a dia perceber traços ilustrados no **Quadro 1**, que trata dos Critério diagnóstico para distúrbio autista - DSM-IV (1994), o profissional deverá solicitar o apoio do psicopedagogo da escola para aplicação da ANAMNESE, que é uma entrevista realizada com os pais ou aqueles responsáveis pelo aluno. Ela tem por objetivo trazer a história de vida do aluno e por meio dela, podemos colher dados importantes.

Esse questionário traz informações fundamentais desde a época de concepção (se foi uma gravidez desejada, a aceitação pela família), gravidez e pré-natal, o tipo de parto e como ocorreu, as primeiras horas e primeiros dias do bebê, seu desenvolvimento durante a infância. Informações relevantes investigadas sobre a história de vida da criança.

Segundo SAMPAIO (2014), sobre a anamnese, ele afirma que:

É uma entrevista realizada com os pais ou responsáveis do entrevistado e tem como objetivo resgatar a história de vida do sujeito e colher dados importantes que possam esclarecer fatos observados durante o diagnóstico, bem como saber que oportunidades este sujeito vivenciou como estímulo a novas aprendizagens. A anamnese é uma das peças fundamentais deste quebra-cabeça que é o diagnóstico, pois, por meio dela, nos serão reveladas informações do passado e do presente do sujeito juntamente com as variáveis existentes em seu meio. Observaremos a visão da família sobre a criança, as suas expectativas desde o nascimento, a afetividade que circula neste ambiente familiar, as críticas, os preconceitos e tudo aquilo que é depositado sobre o sujeito (SAMPAIO, 2014, p. 143).

O psicopedagogo irá subsidiar o professor com informações, pois segundo CHAMAT (2008):

O psicopedagogo, no papel de agente corretor, deve priorizar o conhecimento do paciente, mesmo que para tal, tenha de realizar encaminhamentos a outros profissionais. Seu papel é de focalizar a problemática dentro do contexto causa/ sintoma e atuar sobre eles. (CHAMAT, 2008, p. 26).

É preciso dizer que o responsável pelo planejamento – para todos os estudantes – é o professor regente. Contudo essa tarefa pode e deve ser construída de maneira solidária e não solitária. Do contrário ao que se pensa, a perspectiva inclusiva prevê que o processo de elaboração do planejamento pedagógico inclusivo seja colaborativo, envolvendo a participação de outros agentes da escola, docentes e não docentes, das famílias e até mesmo dos alunos, como protagonistas do próprio processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, outros professores criativos ou que já tenham trabalhado com alunos com deficiência e, particularmente, o profissional do atendimento educacional especializado (AEE) podem contribuir significativamente sugerindo atividades e recursos – desde que isso se dê numa perspectiva de colaboração, considerando que tais atividades precisam estar contextualizadas no planejamento.

Essa somação de esforços tem a finalidade de não retardar o atendimento desse aluno, com direito constitucional a educação, uma vez que, ele precisa de intervenção pedagógica, com base em estudo individualizado de caso, o mais cedo possível para minimizar possíveis déficits e atrasos educacionais, mesmo que não exista ainda a apresentação de laudo médico. De acordo com a Nota técnica nº 04 do Ministério da Educação (BRASIL, 2014):

Ressalte-se, por imperioso, que a elaboração desse estudo de caso, não está condicionada a existência de laudo médico do aluno, pois, é de cunho estritamente, educacional, a fim de que as estratégias pedagógicas e de acessibilidade possam ser adotadas pela escola, favorecendo as condições de participação e de aprendizagem (BRASIL, 2014, pag. 4).

A Nota Técnica nº 04 (BRASIL, 2014) vai além, afirmando que tal exigência de laudo poderia caracterizar como discriminação e cerceamento de direitos:

A exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito (BRASIL, 2014, pag. 3).

Segue abaixo no Quadro 2 - Modelo de Anamnese Psicológica, no Quadro 3 - Modelo de Anamnese Psicopedagógica, Quadro 4 – Plano de Ensino Individualizado (PEI), Quadro 5 – Planejamento:

QUADRO 2 – Modelo de Anamnese Psicológica

ROTEIRO DE ANAMNESE PSICOLÓGICA
1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: (Nome; data de nascimento, idade, Escolaridade, encaminhamento, profissional responsável)
2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS: (Nome, idade, profissão, Grau de instrução, Endereço, fone, e-mail, estado civil)
3- QUEIXA PRINCIPAL:
4 - EVOLUÇÃO DA QUEIXA: (início, mudanças, sintomas)
5- QUEIXAS SECUNDÁRIAS:
6- HISTÓRIA CLÍNICA: (Doenças, medicamentos, enfrentamento, sintomas físicos e/ou psicológicos, psicoterapias, hábitos alimentares, condições de nascimento, desenvolvimento neuropsicomotor, doenças infantis, casos de convulsões, epilepsia, desmaios, etc)
7- HISTÓRIA FAMILIAR: (Composição familiar, dinâmica familiar, eventos significativos, rede de apoio)
8- HISTÓRIA SOCIAL: (Vida social, hábitos de lazer, inserção em grupos, rede de apoio)
9- DADOS ESCOLARES: (Casos de reprovação, áreas de dificuldade, hábitos de estudo)
10- CONSIDERAÇÕES FINAIS:
11- SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO:
Assinatura do profissional

Fonte: GLAT & PLETSCHE (2013)

QUADRO 3 - Modelo de Anamnese Psicopedagógica. ROTEIRO DE ANAMNESE PSICOPEDAGÓGICA
1 - DADOS PESSOAIS:
2 – QUEIXA:
3 - HISTÓRIA DE VIDA: (Concepção, amamentação, eliminação)
4 - EVOLUÇÃO PSICOMOTORA:
5 – SONO:
6 - HISTÓRIA CLÍNICA:
7 - HISTÓRIA DA FAMÍLIA:
8 – ESTIMULAÇÃO:
9 - SITUAÇÕES NEGATIVAS VIVENCIADAS PELA CRIANÇA:

- 10 - HISTÓRIA DA FAMÍLIA AMPLIADA:
 11 - HISTÓRIA ESCOLAR:
 12 - PERCEPÇÃO DOS PAIS FRENTE AO FILHO:
 13 – ORIENTAÇÕES:
 14 – OBSERVAÇÕES:
 15 – ENCAMINHAMENTOS:

Assinatura do profissional

Fonte: GLAT & PLETSCHE (2013)

QUADRO 4 - Plano de Ensino Individualizado (PEI)

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

(Nome, data de nascimento, idade, filiação, série/ano, turma)

DIAGNÓSTICOS CLÍNICOS:

(Parecer neurológico, psicológico, terapia ocupacional, fonoaudiológico, psicopedagógico)

ATENDIMENTOS COM ESPECIALISTAS:

(Descrição dos atendimentos que o aluno faz, e qual a frequência de cada um deles e contato com especialistas)

DIAGNÓSTICO E OU CARACTERIZAÇÃO PEDAGÓGICO:

- Aspecto cognitivo (descrição)
- Aspecto socioafetivo (descrição)
- Aspectos comportamentais (descrição)
- Aspecto psicomotor (descrição)

Objetivos do plano:

- Oferecer formas e recursos diferenciados para o aprendizado;
- Promover ambiente alfabetizador através de estímulos e atividades prática concretas;
- Despertar o interesse á participoação e a interação nas aulas;
- Desenvolver a autonomia e a independência do aluno;
- Acompanhar o desenvolvimento do aluno respeitando suas necessidades e

individualidades;

- Criar estratégias de aprendizagem durante o processo de modo a garantir o aprendizado do aluno.

AVALIAÇÃO:

Fonte: GLAT & PLETSCHE (2013)

QUADRO 5 – PLANEJAMENTO (pequeno, médio e longo prazo)

Área de Habilidades	Objeto do conhecimento	Habilidades	Objetivos	Estratégia	Avaliação
Habilidades acadêmicas [Leitura, escrita, soletração, matemática, línguas etc.]					
Habilidades da vida diária [Vestuário, aparência, organização de pertences pessoais, lidar com dinheiro, locomoção (a pé, ônibus etc.) etc.]					
Habilidades sociais socioafetivas [Atitudes, comportamentos]					
Habilidades motoras/atividade física [Coordenação olho-mão, equilíbrio, natação, jogar]					

bola, andar de bicicleta etc.]					
Habilidades de recreação e lazer [Jogos, esportes, passeios etc.]					

Fonte: GLAT & PLETSCHE (2013)

2.2 – Atividades pedagógicas dentro do PEI

Para desenvolver atividades dentro do PEI para o aluno com TEA é necessário que o professor conheça seu educando para desenvolver uma prática pedagógica levando em conta as suas especificidades, pois nenhum autista é igual e o professor deve considerar. De acordo com CUNHA (2015):

(...) que no ensino do aluno com Transtorno de Espectro Autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerado a função social construtivistas da escola. Entretanto, o ensino não precisa estar centrado nas funções formais e nos limites preestabelecidos pelo currículo escolar. Afinal, a escola necessita se relacionar com a realidade do educando. Nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno. (CUNHA, 2015, p.49)

Em geral a criança com TEA apresenta uma boa memória visual. Partindo desse princípio o professor de Educação Infantil ao planejar sua prática pedagógica, pode utilizar recursos visuais que facilitará não só a compreensão do estudante com TEA, bem como a dos demais. A exemplo de fazer uso de fotografias da turma em diversos momentos como: roda de história, atividade de compreensão da escrita, hora de lavar as mãos, hora do lanche, ir ao banheiro, hora da brincadeira, hora de ir para casa, entre outras atividades. Esses exemplos associados a uma organização de rotina visual poderá diminuir consideravelmente a ansiedade e favorecer a comunicação com o aluno com TEA. O professor poderá também utilizar jogos com imagens, cartões com gravuras para estimular a compreensão de sequência lógica, facilitando a comunicação e desenvolvimento tanto dos estudantes não verbais como os verbais.

O emprego de Tecnologias Assistiva (TA) é fundamental para a educação de estudantes com TEA, porque auxilia na comunicação e desenvolvimento físico, mental e possibilita maior participação e autonomia nas atividades escolares, através de matérias adaptados e recursos tecnológicos previamente estudados de acordo com a dificuldade do estudante para lhe fornecer suporte, segurança e melhor desempenho nas aulas, conforme BERSCHE (2006), usar TA na escola é:

[...] buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realiza o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de materiais escolares e pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É prover meios para que o aluno possa desafiar-se a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator. (BERSCHE, 2006, p. 89)

Um dos cuidados que o educador precisa ter é ficar atento ao que diz respeito a pouca percepção que estes sujeitos com TEA têm da realidade, por isso é necessário que seja trabalhado o comportamento através de treinamento. Outra opção de desenvolver as ações pedagógicas pode ocorrer através de jogos previsíveis e de raciocínio lógico (do lúdico). A maioria das pessoas com autismo também se comunicam muito através dos desenhos e pinturas. No entanto, é importante que o interesse de cada pessoa seja pesquisado, com a família, antes mesmo da mediação pedagógica, pois para Silva (2012).

[...] procure saber quais são os maiores interesses do aluno com autismo e prepare materiais e atividades com esses temas. Isso fará com que ele se sinta mais estimulado a aprender, além de melhorar o vínculo entre o aluno e o professor. Sempre que possível utilize o máximo de material visual ou concreto, mostre figuras e gravuras no decorrer das explicações, e proporcione aos alunos vivências práticas, em que ele possa experimentar as coisas [...]. (SILVA, 2012, p.117).

Considerações Finais

Dessa maneira o presente estudo vem ao encontro da preocupação e também da inquietação dos futuros pedagogos que irão se deparar, num futuro próximo, com alunos com necessidades especiais, e em particular com TEA, que outrora eram ignorados, mas que agora com a atualização da legislação e também do crescimento

no número de casos, tem seu direito a educação garantido e devendo ainda ter sua imediata intervenção pedagógica implementada, segundo orientação do MEC, na Nota Técnica nº 04/ 2004.

Contudo a formação dos pedagogos que irão se deparar com esse público ainda está aquém das necessidades, no que se refere ao ensino aprendizagem, em particular, dos alunos com TEA. Não há dúvidas que toda a criança pode aprender, pois segundo o pensamento de VYGOTSKY (1989), que coincidem com muitos dos objetivos da escola inclusiva, afirmava que o “enriquecimento do ambiente de aprendizagem, dos recursos e meios a serem utilizados e não em uma educação empobrecida”, como era comum se encontrar em escolas especiais. O autor considerava que a deficiência, defeito ou problema não constituiriam, em si, um impedimento para o desenvolvimento do indivíduo, para VYGOTSKY (1989):

O efeito do déficit/defeito na personalidade e na constituição psicológica da criança é secundário porque as crianças não sentem diretamente seu estado de handicap. As causas primárias, a sua dita forma especial de desenvolvimento são as limitadas restrições colocadas na criança pela sociedade. É a realização sociopsicológica das possibilidades da criança que decide o destino da personalidade, não o déficit em si. (VYGOTSKY, 1989, pg. 78)

Mas qual a abordagem a ser empregada? Esse estudo trata do Plano de Ensino Individualizado – PEI, como uma ferramenta para subsidiar o desempenho da atividade pedagógica mostra-se também útil para alunos com TEA, construído em conjunto com os professores regulares e de educação especial, mas facilitando a atuação dos professores do ensino comum e sem formação específica, para trabalhar com crianças com TEA, que a cada dia mais são matriculadas em suas salas, racionalizando o tempo de planejamento para a escolha da melhor estratégia de ensino, com vistas a ganhos reais no aprendizado e na escolarização, o que requer um mudança urgente na cultura escolar e o repensar de suas práticas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM. 4** ed. Washington D/C, 1994.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders – DSM-5**. Washington, DC: Author, 5th ed., text revision, 2013.

BASKIN, Joseph H.; SPERBER, Michael; PRICE, Bruce H. ASPERGER SYNDROME REVISITED. **Reviews in Neurological Diseases**, Winter; 3, p.1-7, 2006.

BERSCHE, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. In: Ensaio Pedagógicos. Brasília: MEC/ SEESP, 2006. P. 89-94.

BLACHER, Jan; CHRISTENSEN, Lisa. **Semeando as sementes do campo do Autismo. Leo Kanner (1943). Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento**, 49:3, p.172-191, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov., 2011, Seção 1, p. 12.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto (MEC). **Nota técnica nº 04 / MEC / SECADI / DPEE**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <http://www.socialiris.org/forumautismo/materiais/praticas_da_inclusao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC, SEE, 2010.

Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192> Acesso em: 06 nov 2020.

_____, Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CHAMAT, J. S. L. **Técnicas de Intervenção Psicopedagógica**. Para dificuldades e problemas de aprendizagem. São Paulo, SP: Vetor, 2008.

Cruz, M. L. R. M., Mascaro, C. A. A. C., & Nascimento, H. A. (2011) **Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação**. Trabalho apresentado em VI Seminário Internacional –As redes educativas e as tecnologias, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. Portal Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>> Acesso em: 22 out de 2020.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de Aprendizagem moderadas, graves e profundas**. Editora Penso 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GLAT, R. & PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GLAT, R.; VIANNA, M.M. & REDIG, A.G. (2012). **Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente**. Ciências Humanas e Sociais em Revista, 34 (12), 79-100.

_____, **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

HUDSON, Diana. **Dificuldades específicas de Aprendizagem : idéias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperg, TOC** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

JOSÉ, Elisabete da Assunção & Maria Teresa Coelho. **Problemas de Aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004.

OLIVIER, Lou de. **Transtorno de comportamento e Distúrbios de Aprendizagem**. Editora WAK. 1. ed. 2013.

PAIN Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de Aprendizagem**. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre. Artes Médicas, 1985.

_____, **Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar**. In: Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch. (Org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. 1ed. Rio de Janeiro/RJ: EDUERJ, 2013, v. 1, p. 17-32.

POKER, R.B. et al. **Plano de Desenvolvimento Individual para o atendimento educacional especializado** - editora Unesp, São Paulo, 2013.

_____. **Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais"**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: Acesso em 04 mar 2015.

SAMPAIO, S. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico**- 5ª Edição, Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2014.

SANTOS, Marcos Pereira dos. **Dificuldade de Aprendizagem na escola – um tratamento psicopedagógico**. Editora WAK, 1 ed. 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular: entenda o Autismo** / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUSA, S. F.; SILVEIRA, H. E. Terminologias Químicas em Libras: A Utilização de Sinais na Aprendizagem de Alunos Surdos. *Química Nova na Escola*, v.33, nº1, 2011 p.37-56.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos Transtornos Escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola** – 10ª ed. – Rio de Janeiro: BestSeler, 2019.

VALADÃO, G. T. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da França. Estados Unidos e Espanha**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

WILLIAMS, L.C.A.; Aiello, A.L.R. (2001). **O Inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias**. São Paulo: Memnon.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Salomão José Santos da Silva, acadêmico (a) do Curso de Pedagogia em 2021/1, da Faculdade Amadeus/FAMA, orientado (a) pela Prof. (a) Esp. Lucymar de Souza Leite Santos, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema versa sobre: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): ferramenta de inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro autista (TEA), atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

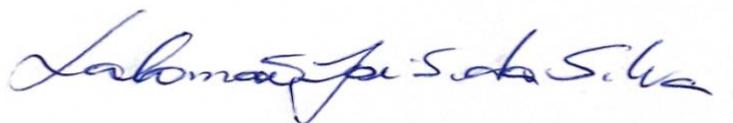
O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 30/ 07 / 2021.



Assinatura da aluna concluinte